

IV Congresso de História Nacional

Promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esteve reunido nesta capital, entre 21 e 29 de abril último, o IX Congresso de História Nacional, celebrado em comemoração do 4.º centenário da instituição do governo geral do Brasil e da fundação da Cidade do Salvador

Participaram do certame, além dos representantes dos institutos, e figuras as mais representativas da nossa cultura histórica, uma delegação especial de Portugal, sob a presidência do escritor Júlio Dantas, que, para realce daquela assembléa cultural, trouxe o contributo de Portugal, na parte que se lhe refere no exame dos sucessos históricos, a que se consagrara o Congresso.

A sessão inaugural do Congresso foi presidida pelo senhor presidente da República, general de Exército EURICO GASPAR DUTRA, presidente honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo contado com a presença de Sua Eminência, o cardeal DOM JAIME DE BARROS CÁMARA e de altas autoridades civis, militares e eclesiásticas

Abriundo a sessão de instalação falou o senhor embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, presidente perpétuo do Instituto, seguindo-se com a palavra, a fim de saudar o embaixador oficial de Portugal e os congressistas, o orador oficial, senhor professor PEDRO CALMON

A seguiu, falou o senhor embaixador extraordinário e plenipotenciário de Portugal, na qualidade de representante oficial do governo português ao IV Congresso de História Nacional, tendo finalmente feito uso da palavra o deputado federal, o senhor ATALIBA NOGUEIRA, em nome dos delegados

Constou o temário do Congresso, devotado como acima ficou dito, aos sucessos históricos referentes à criação do governo geral do Brasil, até a transferência d'êste para o Rio de Janeiro (1763), de matérias de grande interesse, as quais suscitaram numerosas teses, como se vê da relação abaixo:

- 1º História Geral — 32
- 2º Geografia e História — 3
- 3º Etnografia — 2
- 4º História Econômica e Social — 17
- 5º História Militar e Diplomática — 9

- 6º Religião, Ciências, Letras e Artes — 21
- 7º Instituições Políticas e Jurídicas — Evolução das Cidades — 10
- 8º Bio-Bibliografia — 19
- 9º Contribuições Avulsas — 14

Ocupou-se o Congresso, por suas comissões especializadas, do metucioso exame d'esses trabalhos, constando da elaboração de pareceres, discussão e final sujeição à aprovação do plenário. As teses que lograram aprovação, algumas com menções elogiosas, serão publicadas nos anais do Congresso, que condensarão os resultados d'esse certame.

Sem embargo do vulto dos trabalhos internos, tiveram os congressistas oportunidade de realizar visitas sociais e em caráter de estudo a diversas instituições, sendo-lhes dado entrar em contacto com coleções de documentos e raridades históricas.

Fez-se valer também o pronunciamento dos congressistas em expressivas indicações e recomendações que traduzem interesse pela cultura e pesquisa histórica no país. Assim, exemplificativamente, a importante recomendação que solicita a preservação dos arquivos municipais, como garantia para os futuros pesquisadores da nossa história; a proposta da criação do Instituto Nacional de Genealogia, a indicação sobre a conveniência da separação dos cursos de geografia e história nas faculdades de filosofia, para que tanto os geógrafos como os historiadores futuros tenham seu campo de estudo alargado, a escolha da data do 4.º centenário da fundação da cidade de São Paulo para a realização do V Congresso Histórico Nacional.

A sessão solene de encerramento foi assinalada com a inauguração de expressiva placa comemorativa do IV Congresso de História Nacional, oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela delegação de historiadores portugueses. As palavras finais, coube proferi-las o ministro TAVARES DE LIRA, presidente efetivo do Congresso, que agradecendo a presença das delegações e exaltando os trabalhos realizados, fez uma síntese do período histórico, objeto da consideração do certame.

I Conferência Brasileira de Colonização e Imigração

Sob os auspícios do Conselho de Imigração e Colonização, efetuou-se em Goiânia, no período de 30 de abril a 7 de maio, a I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, que contou

com a participação de delegados de todos os estados e de representantes especiais. O certame, que se revestiu de um caráter técnico-cultural, evidenciou ainda sentido prático, pois nêle se po-

sitivaram tendências e se chegaram a acôrdo pelo estudo dos diferentes fatores envolvidos, sobre matérias de interesse na coordenação de uma bem orientada política de colonização nacional.

Visando a Conferência, como tornaram explícito suas publicações oficiais, a (1.º) um balanço das "possibilidades do Brasil Central quanto ao desenvolvimento dos seus recursos naturais, à base de colonização por nacionais e estrangeiros" e (2.º) evidenciar os espaços vazios propícios à colonização e como base de progresso e de descentralização econômica e social, em vista da transferência da capital da República; desdobraram-se os assuntos a serem debatidos nos seguintes setores: de seleção, de recepção, de financiamento, de transporte, de fixação no interior, de aculturação e assimilação do emigrante e de atuação final. A mesa efetiva da Conferência ficou assim constituída

Presidente: ministro JORGE LATOUR,

1.º vice-presidente doutor SEBASTIÃO ARCHER, governador do estado do Maranhão,

2.º vice-presidente professor JOSÉ VERÍSSIMO DA C. PEREIRA, chefe da delegação do Conselho Nacional de Geografia,

Secretário-geral: doutor JOÃO GONÇALVES DE SOUSA;

1.º secretário deputado federal doutor JOÃO DE ABREU.

2.º secretário-geral doutor LUÍS AMARAL, representante da Sociedade Rural Brasileira.

As comissões técnicas, em número de 6, receberam as seguintes denominações, de acôrdo com seu objeto específico: Colonização, Imigração, Ecologia, Geopolítica, Economia Social, Valorização da Amazônia

Uma delegação do Conselho Nacional de Geografia composta dos geógrafos JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA, FRANCIS RUELLAN, MIGUEL ALVES DE LIMA e SPERIDÃO FAISSOL, chefiada pelo primeiro, tomou parte ativa nos trabalhos da Conferência, principalmente no seio das comissões técnicas para que foram designados e em que tiveram oportunidade de emitir vários pareceres sobre matérias que envolviam questões geográficas.

Além desses pareceres e das discussões em que os representantes do C. N. G. emprestaram sua contribuição especializada à análise dos problemas em foco, há que salientar a conferência proferida pelo professor FRANCIS RUELLAN, fartamente ilustrada, subordinada ao tema "O Planalto Central e a localização da nova capital do Brasil". Também na redação de resoluções na parte referente à colonização e na

exposição documentária e de trabalhos cartográficos, se fez sentir a colaboração da delegação do Conselho.

Dentre as conclusões assentadas no certame, cumpre mencionar as seguintes, sendo algumas de particular interesse para a geografia

No setor de imigração concluiu-se que ao colono nacional deve ser dada a mesma proteção que ao elemento rural alienígena. Como meio de fixar o homem à terra, a Conferência decidiu que deverão ser dados ao lavrador pequenos lotes de terra, a fim de intensificar a formação das pequenas propriedades rurais. Essa gleba que fôr facilitada ao colono, não poderá ser vendida antes que transcorra o prazo de cinco anos, podendo, contudo, dela extrair tôda a sua produção, menos carvão de lenha, para não prejudicar as florestas, com a exploração das queimadas.

No setor de colonização foi feita ênfase na proscrição de preconceitos de côr, raça ou religião, ao mesmo tempo que se procurou salientar a importância de uma planificação rigorosa, fazendo consistir a política colonizadora na criação de uma sociedade rural radicada ao solo, pela posse da terra. Honrosa distinção foi conferida ao I. B. G. E. em virtude de indicação assinada pelo coronel FREDERICO RONDON e aprovada unânimemente, apresentando congratulações a êsse órgão, pelos "trabalhos de valorização do homem e da terra e pelas numerosas e bem cuidadas publicações da sua iniciativa"

— No tocante à recepção e hospedagem do imigrante, aconselhou-se a organização de um serviço assistencial abrangendo todos os pontos, principalmente o alimentar, médico, social e religioso. Foi sugerido também que se criasse uma estação sanitária, provida dos elementos indispensáveis à sua finalidade, como filtro da seleção imigratória.

Deve o govêrno — segundo outra resolução — favorecer a imigração espontânea européia para a Amazônia, sem compromissos do estado para com o imigrante, e sem restrições profissionais ou de localização.

E a imigração no Brasil não deve ter por objetivo principal o aumento da população, mas a sua utilização como elemento de melhoria dos padrões culturais — agrícolas ou industriais — existentes no país

Fixação e assimilação do imigrante
— Mostrou a Conferência a necessidade de se reconhecer o valor da Igreja, das escolas primárias, das cooperativas e dos centros recreativos como fatores indispensáveis à fixação e assimilação do imigrante.

O indivíduo sem família deve ser evitado na colonização, pela sua propensão ao nomadismo e aos centros ur-

banos E deve-se tornar obrigatória a preferência pelos colonos que se dediquem ao trabalho rural, de características mais homogêneas em todo o mundo

Carteira de Colonização — A Conferência de Goiânia recomendou que se expressasse ao senhor presidente da República e às duas Casas do Congresso “o desejo de que seja, quanto antes, aprovado o anteprojeto de lei, em tramitação no Parlamento, criando o Banco Rural, como a mais importante peça da reforma bancária”, e que se solicite ao governo providências no sentido de ser criada no Banco do Brasil a Carteira de Colonização, até que se concretize a reforma bancária.

Terras devolutas — Ao governo do estado de Goiás recomendou-se a elaboração de leis que incorporem, em um plano, não só tôdas as terras devolutas contidas na faixa de 40 quilômetros de largura de cada lado da linha Goiânia-Anápolis-Belém, com base na Colônia Agrícola Nacional de Goiás, como também as terras do domínio privado necessárias ao desenvolvimento da colonização

Amparo aos municípios — Não esqueceu a Conferência de recomendar o amparo aos municípios, acentuando que essa assistência deve constituir-se numa das preocupações máximas do nosso governo para revigoração das comunas

Educação técnico-profissional — Para melhoria do padrão de vida e defesa da economia do homem planaltino, rural por excelência, impõe-se — segundo diz uma das recomendações — que o governo incentive a educação técnico-profissional, instituindo um órgão assemelhado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que venha a cooperar no reerguimento das zonas agrícolas.

Proteção à infância e à maternidade — A criação de postos de puericultura, fixos ou volantes, foram recomendados como órgãos mais indicados para as populações rurais, assinalando-se que cabe à iniciativa privada, sob os auspícios do poder público, criar e desenvolver as atividades de proteção à infância e à maternidade

A Conferência sugeriu ainda ao governo o dispêndio, com o Departamento Nacional da Criança, de importância igual à despendida com o Departamento Nacional de Imigração, considerando que a queda dos nossos índices de mortalidade infantil vem contribuir, paralelamente com a imigração, para o povoamento do solo pátrio.

Lei Agrária — Por outro lado, solidificou-se o andamento no menor prazo de tempo possível, e que seja na forma da lei sancionada, a Lei Agrária, em trânsito na Câmara Federal, sem a qual — reconheceu a Conferência — nada de positivo será possível realizar em favor da colonização, principalmente no que se relaciona com a colonização nacional.

Recursos financeiros — “O governo, — declara outra recomendação — em seus planos de imigração e colonização, deve procurar captar capitais privados nacionais e estrangeiros, convocando-os principalmente para as empresas de comunicações, força, luz e assistência sanitária, porque a obra de incorporação do imigrante às atividades nacionais deve ser o resultado da conjugação de esforços de todos os brasileiros no amadurecimento econômico do nosso país, ajudados ainda quando possível pelas nações fornecedoras de imigrantes”

Valorização da Amazônia — Com relação à Amazônia foram aprovadas, entre outras, as seguintes resoluções: que a plantação da seringueira somente seja tentada como obra do governo, associada para outras culturas de ciclo rápido, preferindo-se para êsse trabalho as zonas da planície amazônica, confiado êste ao trabalho nacional, que o Banco de Crédito da Borracha S. A. seja transformado em Banco da Borracha, que se institua a isenção de impostos, prêmios e outras vantagens estimuladoras da industrialização da borracha na Amazônia; e que sejam criados núcleos agro-industriais na região, abolidos os monopólios que entravam a economia amazônica, declara a Amazônia parte integrante da geopolítica pan-americana, e amparados os habitantes da Amazônia para o intenso povoamento da região

Aproveitamento do São Francisco — A Conferência aprovou também uma recomendação no sentido de o aproveitamento do potencial hidro-elétrico do rio São Francisco e seus afluentes ser considerado base para recuperação do vale do São Francisco, colonização e exploração da bacia hidrográfica sanfranciscana, em defesa da própria sobrevivência nacional, através de uma permanente ligação entre as regiões do altiplano central do país e o Nordeste

Foram estas algumas das numerosas conclusões aprovadas pela I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, realizada em Goiânia, sob os auspícios da presidência do Conselho de Imigração e Colonização